

- 1815 Batalha de Waterloo; Napoleão foge de Elba mas é derrotado pelos exércitos britânico e prussiano
- 1833-1871 Unificação da Alemanha
- 1837-1901 Vitória, rainha de Inglaterra; período de grande expansão industrial e prosperidade
- 1848 Revoluções em França, na Alemanha, na Hungria e na Boémia; publicação do *Manifesto Comunista* de Karl Marx
- 1848-1916 Francisco José, imperador da Áustria; torna-se soberano do Império Austro-Húngaro em 1867
- 1852-1870 Napoleão III, imperador do Segundo Império Francês
- 1854-1856 Guerra da Crimeia: Britânicos e Franceses apoiam os Otomanos na guerra com a Rússia
- 1855-1881 Alexandre II, czar da Rússia
- 1859-1870 Unificação política da Itália e nacionalismo cultural conduzidos por Garibaldi
- 1861 Emancipação dos servos russos pelo Czar Alexandre II
- 1862-1890 Otto von Bismarck, primeiro-ministro e chanceler da Alemanha, molda o Império Alemão
- 1864-1905 Expansão russa na Polónia, Balcãs e Ásia Central
- 1867 Fundado o Império Austro-Húngaro
- 1870-1871 Guerra Franco-Prussiana: invasão germânica da França; criada a Terceira República Francesa
- 1870-1914 Imperialismo europeu no seu apogeu; desenvolvimento industrial; emergência dos movimentos laborais e do Marxismo
- 1871 Comuna de Paris: Paris, um centro revolucionário, estabelece um governo próprio e combate o governo nacional
- 1878 Congresso de Berlim: divisão de grande parte do Império Otomano entre a Áustria, a Rússia e a Grã-Bretanha
- 1881 Alexandre II da Rússia é assassinado
- 1882 Tríplice Aliança da Alemanha, Áustria-Hungria e Itália; renovada em 1907
- 1899-1902 Guerra Boer na África do Sul

A PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XX

- 1904 Dupla Entente entre a Grã-Bretanha e a França
- 1904-1905 Guerra Russo-Japonesa termina com a derrota da Rússia; Japão emerge como potência mundial
- 1907 Rússia junta-se à Grã-Bretanha e à França na Tripla Entente



Primeira Guerra Mundial: O rescaldo da batalha

3

Equilíbrio de poder e Primeira Guerra Mundial

Equilíbrio de poder

A culpa pela Primeira Guerra Mundial é frequentemente atribuída ao *equilíbrio de poder*, um dos conceitos mais regularmente utilizados em política internacional. Mas este conceito é também um dos mais confusos. O termo é usado vagamente para descrever e justificar as coisas mais variadas. David Hume, o filósofo britânico do século XVIII, descreveu o equilíbrio de poder como uma regra permanente da política prudente; mas Richard Cobden, o liberal britânico do século XIX, chamou-lhe «uma quimera — um nada não descrito, indescritível e incompreensível»¹. Woodrow Wilson, o presidente americano durante a Primeira Guerra Mundial, achava que o equilíbrio de poder era um mau princípio porque encorajava os homens de

estado a tratar as nações como queijos para serem cortados por conveniência política, sem terem em consideração os interesses dos seus povos.

O equilíbrio de poder desagradava igualmente a Wilson porque acreditava que ele provocava guerras. Defensores de políticas de equilíbrio de poder argumentam que estas geram estabilidade. No entanto, a paz e a estabilidade não são a mesma coisa. Ao longo dos cinco séculos do sistema de estados europeu, as grandes potências envolveram-se em 119 guerras. A paz era rara; durante três-quartos do tempo houve uma guerra envolvendo pelo menos uma das grandes potências. Nove dessas guerras foram grandes guerras generalizadas, com muitas das grandes potências envolvidas — a que chamamos de guerras hegemónicas ou mundiais. Desta forma, se perguntarmos se o equilíbrio de poder preservou a paz com eficácia ao longo dos cinco séculos do moderno sistema de estados, a resposta é negativa.

Isso não é de estranhar já que os estados equilibram o poder, não para preservarem a paz, mas para preservarem a sua independência. O equilíbrio de poder ajuda a manter o sistema anárquico de estados independentes. Nem todos os Estados são preservados. No final do século XVIII, por exemplo, a Polónia foi efectivamente retalhada como um queijo pelos seus vizinhos — Áustria, Prússia e Rússia — cada um servindo-se de uma grande fatia. Mais recentemente, em 1939, Estaline e Hitler fizeram um acordo, com o qual retalharam novamente a Polónia e entregaram os estados bálticos à União Soviética. A Lituânia, a Letónia e a Estónia passaram assim meio século, até 1991, como repúblicas soviéticas. O equilíbrio de poder não preservou a independência de cada um dos estados, mas preservou o sistema anárquico de estados.

PODER

Para compreendermos o equilíbrio, temos de começar por compreender o poder. O poder, como o amor, é mais facilmente sentido do que definido ou medido. *Poder* é a capacidade de atingirmos os nossos objectivos ou fins. O dicionário diz-nos que é a capacidade de fazer coisas e de controlar outros. Robert Dahl, um cientista político de Yale, define poder como a capacidade de levar outros a fazer o que eles de outra forma não fariam. Mas quando avaliamos o poder em termos da alteração do comportamento de outros, temos de conhecer as suas preferências. De outro modo, podemos estar tão equivocados acerca do nosso poder como a raposa da fábula que julgava magoar o coelho ao atirá-lo para o arbusto espinhoso. Saber antecipadamente como é que outras pessoas ou nações agiriam na ausência dos nossos esforços é muitas vezes difícil.

A definição comportamental do poder pode ter utilidade para analistas e historiadores que dedicam um tempo considerável a reconstruir o passado,

mas para políticos e governantes pragmáticos pode parecer demasiado efémera. Como a capacidade para controlar outros está geralmente associada à posse de determinados recursos, os líderes políticos habitualmente definem o poder dessa forma. Esses recursos compreendem, entre outros, população, território, recursos naturais, dimensão económica, forças militares e estabilidade política. O mérito desta definição é o de fazer com que o poder se afigure mais concreto, mensurável e previsível do que com a definição comportamental. Neste sentido, o poder significa deter as cartas mais altas no jogo de póquer internacional. Uma regra básica do póquer é a de que se o nosso oponente está a mostrar cartas capazes de bater a nossa mão, devemos desistir da jogada. Se sabemos que iremos perder uma guerra, não a iniciemos.

Algumas guerras têm, contudo, sido iniciadas pelos eventuais perdedores, o que sugere que por vezes os líderes políticos correm riscos ou cometem erros. O Japão em 1941 ou o Iraque em 1990 são disso exemplo. Muitas vezes as cartas dos nossos oponentes não estão todas à vista no jogo da política internacional. Como no póquer, as habilidades de jogo, tais como o *bluff* e o engano, podem fazer uma grande diferença. Mesmo quando não existe engano, podem haver equívocos sobre quais os recursos de poder que são mais relevantes em situações particulares. Por exemplo, a França e a Grã-Bretanha possuíam mais tanques do que Hitler em 1940, mas Hitler tinha uma maior capacidade de manobra e uma melhor estratégia militar.

A conversão do poder é um problema básico, que surge quando concebemos o poder em termos de recursos. Alguns países são melhores que outros a converter os seus recursos em influência efectiva, assim como alguns jogadores hábeis ganham apesar de lhes saírem cartas mais fracas. A *conversão do poder* é a capacidade de converter o poder potencial, avaliado com base nos recursos, em poder real, avaliado com base na alteração do comportamento de outros. Para prevermos resultados correctamente, precisamos de conhecer tanto a habilidade de um país na conversão de poder como a sua posse de recursos de poder.

Outro problema é o de determinar quais os recursos que proporcionam uma melhor base para o poder num determinado contexto particular. Em períodos mais antigos, os *recursos de poder* eram fáceis de avaliar. Nas economias agrárias da Europa do século XVIII, por exemplo, a população era um recurso de poder fundamental porque proporcionava uma base para impostos e recrutamento de infantaria. Em população, a França dominava a Europa Ocidental. Por isso, no final das Guerras Napoleónicas, a Prússia apresentou aos seus pares vencedores no Congresso de Viena um plano preciso para a sua própria reconstrução, de forma a manter o equilíbrio de poder. O seu plano listava os territórios e populações que tinha perdido desde 1805 e os territórios e populações de que precisaria para voltar a